

TRIBUNA DO DELEGADO DE POLÍCIA



AGOSTO/SEPTEMBRO 2019 – ANO 1 – Nº 5

SINDPESP entrega a Doria relatório sobre sucateamento da Polícia Civil

A Polícia Civil de São Paulo, o estado mais rico do Brasil, pede socorro. Com um deficit que chega a 33%, os policiais trabalham diariamente com a sobrecarga e acúmulo de funções, recebendo o pior salário pago a um policial civil no Brasil.

Pela primeira vez desde 2017, quando o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (SINDPESP) começou a publicar os dados do Defasômetro, o número de cargos ocupados na Polícia Civil está abaixo de 28 mil profissionais. Em Julho deste ano, o efetivo era de 27.950 profissionais, quando seria preciso um quadro de 41.912. Com esse cenário, não só a Polícia perde, mas toda a sociedade. “A defasagem é um problema que atinge a toda população de São Paulo. Sem poder exercer as atividades de Polícia Judiciária, todos nós ficamos desprotegidos e aquele que comete um crime não tem a certeza do castigo”, afirma a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati.

O SINDPESP visitou todos os Deinters do Estado, ouviu os policiais e a sociedade e elaborou um relatório para entregar ao governador João Doria. Foram meses percorrendo centenas de quilômetros para verificar in loco os problemas enfrentados pelos policiais no Interior do Estado.

O levantamento, realizado entre os meses de maio e agosto deste ano, detalha o contingente de policiais em cada região do estado paulista e também revela as principais carências da Polícia Civil, por região.

No documento entregue a Doria estão relacionados os problemas que foram causados por anos de negligência e

CARGOS EXISTENTES	CARGOS OCUPADOS EM JULHO/19	BAIXAS EM JULHO/19		CARGOS VAGOS EM JULHO/19
		IMPREVISTOS	EXERCÍCIOS - NOVACIÕES - PROMOVIMENTOS EM JULHO/19	
DELEGADO	2443	2660	16	863
DELEGADO	8913	1055	81	3317
INVESTIGADOR	11927	4281	33	3376
AGENTE POL.	10491	1408	10	1006
PROF. DE INVESTIG.	675	542	14	347
AUX. DE POLÍCIA CIVIL	1077	846	0	481
LABORANTE	3083	-	-	-
MÉDICO LEGISTA	773	830	61	243
ATENDENTE RECEB.	999	999	0	29
FOTÓGRAFO	879	1070	0	92
PROFESSOR	102	849	0	22
TOTAL	41912	27950	237	13962

descaso com a segurança pública, pelos governos anteriores. “Esperamos que o governador aceite este relatório e implemente medidas para sanar esses problemas. A Polícia Civil precisa ter condições para desenvolver sua função constitucional com inteligência e a sociedade merece uma segurança pública de qualidade”, afirma a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati.

O documento, que apresenta uma série de reivindicações trabalhistas e denuncia o sucateamento da Polícia Civil, foi entregue também ao presidente do Tribunal de Contas do Estado; ao presidente do Tribunal de Justiça; à Procuradora Geral do Estado e à Ouvidoria da SSP/SP.



Presidente do SINDPESP entrega relatório a deputados estaduais

A presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati, esteve na Assembleia Legislativa de São Paulo para entregar a deputados estaduais o relatório sobre sucateamento da Polícia Civil protocolado ao governador João Doria.

Delegado Olim, Professor Kenny, Heni Ozi Cukier, Castello Branco e Adriana Borgo foram alguns dos parlamentares que receberam o relatório em mãos.

O documento é resultado das visitas realizadas em todos os Deinters do Estado para constatar as necessidades de cada região.



Use o QRCode para fazer o download do relatório SINDPESP



Use o QRCode para assistir ao vídeo sobre o relatório SINDPESP



Bauru foi a última cidade visitada pelo SINDPESP



A última região visitada pelo SINDPESP possui um deficit de aproximadamente 40%, o quarto maior do estado. Faltam, ao menos, 580 policiais, segundo o último levantamento oficial disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), que data de dezembro de 2018. O Deinter 4, em Bauru, é mais um local onde policiais civis sofrem com a falta de profissionais para atuar na linha de frente da segurança pública. No encontro, a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati, foi recebida pelo diretor do Deinter 4, Marcos Baurraj Mourão; o delegado seccional de Bauru, Ricardo Silva Dias; a presidente da 21ª da subseção da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB), Marcia Regina Negrisoni, e a vereadora de Bauru Yasmin Cristina.

A Delegacia Seccional de Jaú atende 10 cidades. Lá, o deficit é maior que a média regional. São 61% policiais a menos no quadro previsto em lei, situação que compromete o trabalho diário dos que tentam desempenhar suas funções de Polícia Judiciária. “A realidade é que os integrantes da instituição são muito vocacionados, e de forma heroica exercem funções de 4 ou 5 policiais, muitas vezes sem direito ao descanso com seus familiares. Não vamos permitir que governos temporários coloquem como política de gestão investir ou não na segurança pública. Isso é obrigação do estado”, afirmou Raquel.

AFINAL, QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?

A Polícia Civil do Estado de São Paulo está adoecendo. Para oferecer um trabalho minimamente digno à população, os profissionais estão acumulando funções e trabalhando em longas e, muitas vezes, ininterruptas jornadas. E essa situação, que vem acontecendo há décadas, se agravou nos últimos anos, quando o déficit chegou a alarmantes 34% do efetivo.

Por todo estado há relatos de policiais que sofrem doenças como depressão e síndrome de burnout. E, pior, há muitos casos de companheiros que, por não terem acesso a atendimento de saúde adequado, atentaram contra a própria vida.

Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública revelam que, em São Paulo, o suicídio está matando mais os policiais que os confrontos com criminosos. O número de policiais civis que tirou a própria vida é 150% maior que o índice dos que foram mortos por bandidos durante o trabalho.

Nas condições ideais, a rotina policial já é estafante. Mas quando o profissional tem que atuar sob forte pressão, com os salários mais baixos do Brasil e com a completa falta de condições de trabalho, o resultado é um aumento nos números de afastamentos decorrentes de doenças relacionadas ao estresse.

E o pior de tudo é que o atendimento psicológico e psiquiátrico específico para a Polícia Civil é tímido. O policial está sozinho na difícil luta contra a depressão.

As péssimas condições de trabalho já levaram o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo a recorrer à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para denunciar a situação da Polícia Civil. Agora, nossa luta é para que o governo disponibilize um serviço amplo de atendimento psicológico voltado para os policiais de todo Estado. É urgente que o governo cuide daqueles que se estão adoecendo para cuidar de toda a população.

Raquel Kobashi Gallinati,
presidente do **SINDPESP**

SINDPESP inaugura nova sede e marca os 30 anos da entidade

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo inaugura, no dia 26 de Setembro, a sua nova sede, na Avenida Ipiranga. As negociações para concretização desse grande passo tiveram início em novembro de 2018, quando foi oficializada a compra do imóvel, que passou por reforma para atender às necessidades do **SINDPESP**.

As instalações possuem 178m² de área, distribuídos em um auditório, sala de reuniões e área administrativa. As novas acomodações proporcionarão ao sindicalizado muito mais conforto.

Com o objetivo de melhor servir seu filiado, ao adquirir o novo espaço, o **SINDPESP** marca seus 30 anos não só como uma entidade que está atenta dia e noite na atuação em defesa das prerrogativas dos delegados de polícia, mas também com um novo espaço para melhor atender e representar a classe.



Delegados aposentados são homenageados na Câmara de SP

A presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, participou da solenidade do Dia de Reconhecimento aos Delegados de Polícia Civil Aposentados 2019, promovida pelo vereador Celso Jatene e criada pela Resolução 02/2005. O evento aconteceu no Plenário 1º de Maio, na Câmara Municipal de São Paulo.

Cerca de 30 delegados aposentados foram condecorados com a entrega de uma Salva de Prata, como forma de homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Polícia Civil do Estado de São Paulo. “Me encho de alegria pelo reconhecimento e orgulho porque eles são o nosso espelho, nosso exemplo de profissionalismo, abdicção e luta. Estamos falando de delegados e delegadas que

prestaram um inestimável serviço à sociedade brasileira”, afirmou Raquel em seu discurso.

O Dia de Reconhecimento aos Delegados de Polícia Civil Aposentados chegou ao seu 16º ano e já homenageou mais de 550 delegados de polícia desde a sua criação.

Participaram do evento o presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita; o delegado de polícia assistente da Secretaria Executiva da Polícia Civil, Luis Francisco Segantin Junior; a delegada divisionária de polícia da assistência policial do gabinete do delegado geral e representante do DG, Gislaine Aparecida Santanieli; e a deputada estadual em Minas Gerais e prima de um dos homenageados, Laura Mendes Serrano.



Aviação Policial Paulista recebe homenagem na Assembleia Legislativa

Autoridades policiais, deputados estaduais e policiais civis e militares estiveram no Auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para homenagear a Aviação Policial Paulista e os 35 anos da criação das unidades aéreas públicas. O evento foi organizado pelo deputado Castello Branco, com apoio de lideranças do PSL.

A presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, prestigiou a sessão solene a convite do delegado supervisor do Serviço Aerotático, Maurício Freire. Durante o ato, foram entregues certificados de homenagem aos policiais e



tripulantes e, em memória, aos familiares dos que fizeram parte do SAT. Um vídeo com a história da Aviação da Polícia Civil também foi exibido.

COMUNICADO DA COMISSÃO ELEITORAL TRIÊNIO 2019-2022



CONFORME ARTIGO 49 DO ESTATUTO CONSOLIDADO DO SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, § 2, ITEM A, COMUNICAMOS AOS ASSOCIADOS (AS) QUE A VOTAÇÃO PRESENCIAL SERÁ REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2019, NA NOVA SEDE SITUADA NA AV. IPIRANGA, Nº 919, 17º ANDAR, NO CONJUNTO 1707 (MESMO PRÉDIO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ADPESP), DAS 09H ÀS 18H.

São Paulo, 26 de agosto de 2019

ARIVALDO FELIX DE MELO
PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

EXPEDIENTE

Publicação do **SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

11-3337-4578

sindpesp@sindpesp.org.br

www.sindpesp.org.br

RESPONSÁVEL

Raquel Kobashi Gallinati

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Adriano Kirche Moneta - Mtb 26.583

Siga o **SINDPESP**
nas redes sociais

/sindpesp

/sindpesp

/sindpesp



Entidades pedem veto à Lei de Abuso de Autoridade

Representantes de 19 entidades de classe fizeram, em São Paulo, um ato público contra o PL 7596/17. Representantes das organizações elaboraram uma carta direcionada à sociedade repudiando o projeto e justificando que o texto “configura claro desrespeito não apenas ao debate democrático, mas também ao diálogo com a comunidade jurídica”.

O PL provocou uma série de críticas por parte das entidades de classes do sistema de Justiça e da Segurança Pública. Representando o **SINDPESP**, a delegada de polícia Marina Accurso acredita que a nova lei “engessa a atividade policial e o sistema criminal de Justiça à medida que cria dispositivos específicos que dificultam as investigações criminais”, exemplo da proibição de divulgação de fotografias de presos.

No discurso do presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita, foram defendidas a sociedade e as prerrogativas das carreiras jurídicas e policiais. As entidades presentes reforçaram que estão ao lado da população e que não se curvarão a pressões externas para exercer a todo custo a atribuição e missão constitucional de combater a impunidade e a corrupção.



Projeto de Lei do Abuso de Autoridade aprovado é o ‘Estatuto da Criminalidade’

O Projeto de Lei sobre Abuso de Autoridade aprovado na calada da noite na Câmara dos Deputados algema de forma inaceitável as Polícias Judiciárias do país, representadas pela Polícia Federal e pelas Polícias Cíveis, demonstrando que há uma nítida inversão de valores quando se pretende intimidar os que enfrentam diretamente os criminosos, em vez de valorizar as suas ações.

O **SINDPESP** e o SINDPF-SP repudiam a aprovação do PL 7596/17, que veio num momento em que a sociedade brasileira anseia pelo reforço do combate à corrupção, ao desvio de verbas públicas, aos crimes de lavagem de dinheiro, aos crimes violentos e às organizações criminosas. Da maneira como está, o projeto se apresenta como uma espécie de Estatuto da Criminalidade.

O assunto foi tema do programa Em Discussão Segurança, da TV Alesp, com a participação da presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, e a desembargadora do TJSP, Ivana David. As convidadas discutiram questões sobre os impactos do Projeto de Lei de Abuso de Autoridade.

A presidente do **SINDPESP** disse que a lei fragiliza as prerrogativas da Justiça criminal,

intimidando os que atuam como operadores do direito a exercerem suas atribuições. “Esta lei está ampla e subjetiva, dando instabilidade para podermos exercer nossas atribuições que são legais e constitucionais. Da forma como está colocada, fica difícil saber quais ações e atitudes serão previstas como crime no exercício legal de nossas atribuições”, explicou.

Raquel destacou o aspecto político em que o PL foi aprovado. “Esta lei não poderia ter sido aprovada em um momento mais inoportuno, pois um governo que se elegeu com a bandeira de que iria fortalecer a segurança pública e o combate à corrupção, colocou de lado a pauta do Pacote Anticrime do ministro Sergio Moro, aprovando um projeto que faz jus à banditologia”, completou.

A desembargadora Ivana David pontuou que “essa situação abala o ordenamento jurídico, principalmente o poder de polícia das autoridades, tanto a judiciária quanto a administrativa, de forma a inviabilizar o destino e o modo como vão ser conduzidas as investigações e, posteriormente, os julgamentos no nosso país”. Ela ressaltou ainda que o cenário “deriva do campo penal e vai para o interesse político”.

Entidades apresentam reivindicações ao secretário de Segurança Pública

A presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, participou de uma audiência com o secretário de segurança, João Camilo Pires de Campos, intermediada pela deputada estadual Márcia Lia (PT).

O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, e o presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita, também estiveram no encontro, que teve como objetivo buscar informações do governo sobre as ações efetivas que estão sendo adotadas ou planejadas para a segurança pública e para melhorar as condições de trabalho dos policiais.

Os presidentes das entidades levaram ao secretário a necessidade de solucionar os problemas que provocaram, ao longo dos anos, o sucateamento da Polícia Civil do Estado, como a recomposição salarial, do quadro de policiais e a reforma das unidades. O secretário foi questionado, mas não forneceu mais informações

sobre o reajuste salarial anunciado pelo governo para 31 de Outubro.

A diferença entre valores dos vales-alimentação entre policiais civis e militares, assim como a falta de apoio ao efetivo feminino nos plantões nas atuais 133 unidades das Delegacias da Mulher (DDM) também foram questionados pelos representantes, que cobraram informações sobre os encaminhamentos adotados em relação ao projeto das 10 medidas de fortalecimento e modernização da Polícia Civil. “As medidas que apresentamos não possuem custo orçamentário algum e dependem tão somente de

estratégia e vontade política para sua implementação. Se isso tivesse sido implementado, muitos dos problemas teriam sido sanados”, enfatizou Raquel.

O secretário informou que todas as solicitações feitas pelas entidades estão sendo encaminhadas. “Temos que buscar soluções que sejam boas para todos, o que demanda um processo mais árduo”, disse.



Witzel cita presidente do SINDPESP para homenagear mulheres policiais

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, citou a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati, para homenagear as mulheres policiais durante o encontro entre delegados federais, em Salvador. “Em seu nome, delegada Raquel, parabênizo todas as delegadas e policiais do Brasil que sabem muito bem exercer o seu ofício e têm, muitas vezes, superado os homens no trabalho investigativo”, disse o governador.

A declaração aconteceu durante evento (*utilize o QRCode ao lado para ser direcionado para o vídeo*) que antecedeu o 4º Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, promovido pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). O evento debateu os novos rumos no combate à corrupção e ao crime organizado; os rumos do Brasil após a Operação Lava Jato e a experiência italiana.

A presidente do SINDPF SP e diretora da ADPF SP, Tania Prado; o presidente da ADPF, Edvandar Felix Paiva; o diretor da ADPF BA, Rony Silva; o tesoureiro da ADPF SP, Fabrício Costa; o professor da Escola Superior de Polícia, Guilherme Cunha Werner e o diretor do SINDPF SP e vice-tesoureiro da ADPF SP, Diogenes Perez, foram algumas das autoridades presentes no encontro que antecedeu a abertura da 4ª edição do Simpósio.



RAQUEL GALLINATI



Especialistas defendem autonomia da Polícia Judiciária em Simpósio Contra Corrupção

Especialistas que participaram do 4º Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, em Salvador, abordaram a autonomia da Polícia Federal, o sistema de integralidade e as dimensões político-institucionais do combate à corrupção. A exposição foi feita pelo delegado federal e professor da Escola Superior de Polícia, Guilherme Cunha Werner. Tania Prado, presidente do SINDPF SP e diretora da ADPF, mediu o debate.

A autonomia da Polícia Judiciária é uma das pautas defendidas pelo SINDPESP. Após a palestra, a presidente da entidade, Raquel Kobashi Gallinati, questionou quais os mecanismos constitucionais e infraconstitucionais, existentes na atualidade, que são suficientes para assegurar a necessidade da autonomia administrativa e financeira da Polícia Judiciária. A delegada indagou também sobre o desenvolvimento das atividades e garantia da autonomia funcional do delegado de polícia na investigação criminal.

Guilherme Werner explicou que, atualmente, os mecanismos são poucos. “Muito problemático ter em uma instituição um contingenciamento de verba ou uma quantia marcada para determinadas atividades e não para outras. Como desempenhar funções se não há recursos para isso?”, questionou.

Na questão funcional, ele avalia ser um cenário ainda mais crítico. “É você poder ter garantias e prerrogativas funcionais asseguradas dentro do sistema legal, ou seja, poder exercer com tranquilidade a sua função. Isso esbarra na mudança de Constituição”, disse Werner.

Jurídico do SINDPESP participa do depoimento de Serra sobre greve

A advogada Mariúcha Bernardes Leiva, que integra o jurídico do SINDPESP, esteve em Brasília para acompanhar o depoimento do senador José Serra no processo que trata da greve de 2008 dos policiais civis. Na ação, o Estado de São Paulo requer indenização pelos supostos danos causados pela greve, e indica no polo passivo da ação o SINDPESP, a Associação dos Delegados, dentre outros sindicatos e associações da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

No Senado, a Dra. Mariúcha Bernardes Leiva questionou José Serra, na época governador do Estado, se os dirigentes dos sindicatos e das associações teriam incitado a movimentação grevista de forma não pacífica, único motivo que justificaria eventuais responsabilizações no caso de efetiva comprovação de dano, contudo, o atual senador disse não se recordar.

Em entrevista da época dos fatos, José Serra afirmou, em rede nacional, que policiais civis eram a minoria na manifestação, e indicou a CUT, a Força Sindical e deputados de outros partidos como efetivos causadores do evento, apontando que o senador disse ser de fundo político e eleitoral, motivo suficiente para afastar

responsabilidade civil imputada às entidades de classe que se encontram no polo passivo da ação.

A advogada do SINDPESP perguntou sobre a real motivação da ordem do então governador, que determinou a intervenção da Tropa de Choque na manifestação pacífica dos grevistas, provocando ferimentos em 35 policiais e danos ao patrimônio. No entanto, a resposta novamente foi vaga, justificando tal conduta na proibição de manifestações aos arredores do Palácio do Governo, sem, contudo, explicar de forma efetiva a desproporcionalidade da ordem de enfrentamento entre policiais, o que obviamente já era uma tragédia anunciada, e faz sobressair o verdadeiro responsável pelos apontados danos.

Aos demais questionamentos da Dra. Mariúcha, José Serra reiterou não se recordar ao certo dos fatos relacionados à greve de 2008. O SINDPESP preza pela veracidade dos fatos, e repudia qualquer condenação injusta das entidades de classe que representam a Polícia Civil do Estado de São Paulo, verdadeiras vítimas da atuação do Governo da época. Por essa razão, vem atuando de forma incisiva em defesa dos direitos dos verdadeiros heróis da sociedade.



FÓRUM IACC DEBATE SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO PAULO

A segunda edição do Fórum IACC (Fórum Nacional de Inteligência Aplicada Contra a Criminalidade) reunirá, nos dias 26 e 27 de Novembro, especialistas da segurança pública de todo país para debater diversos temas atuais. O objetivo do encontro é tratar a Segurança Pública como prioridade na agenda estratégica do país, na busca de garantir a eficiência no combate à criminalidade.